

A representação da domesticidade em literaturas moçambicanas

Palavras-Chave: DOMESTICIDADE, FEMINISMO, AGÊNCIAS FEMININAS

Autoras:

JOYCE SANTOS [UNICAMP]

Prof.^a Dr.^a ELENA BRUGIONI [UNICAMP]

Introdução

O presente trabalho apresenta a pesquisa de iniciação científica financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), processo nº ano de 2020/12594-6, e insere-se na área dos Estudos Feministas e da Teoria Pós-colonial. A partir de teorizações que se situam nestes campos de estudos, o projeto tem o objetivo de analisar a domesticidade em dois romances africanos contemporâneos. Assim, a hipótese de leitura é de que há em *Niketche: uma história de poligamia* (Paulina Chiziane, 2021) e *Neighbours* (Lília Momplé, 2012) (re)estruturas da domesticidade.

Simultaneamente, existem respostas e agências femininas que nesta pesquisa serão analisadas a partir das personagens Narguiss, Muntaz, de *Neighbours*, e Rami, de *Niketche: uma história de poligamia*. Nessa perspectiva, busca-se averiguar como, por meio de seus corpos ficcionalizados, essas personagens apresentam uma desestabilização do poder colonial e patriarcal, proporcionando itinerâncias de reflexão teórica e analítica que se situam numa intersecção crítica e disciplinar entre estudos de gênero/estudos feministas e teoria pós-colonial.

Metodologia

Adota-se uma análise de cariz comparativo como metodologia. Isso se deve à defesa, presente nessa pesquisa, de que a domesticidade se reestrutura nas obras *Niketche: uma história de poligamia* (2021) e *Neighbours* (2012). Em paralelo, o comparatismo permite identificar que as personagens femininas,

representadas por Rami, Muntaz e Narguiss, corporificam as agências que contrariam o poder colonial e patriarcal. Assim, em ambas as obras são representadas a domesticidade e a resistência das mulheres a ela.

Apesar das convergências apontadas, consideram-se as multiplicidades culturais e históricas que cada obra apresenta. Nessa perspectiva, a tradução cultural é o eixo central do contraponto (BRUGIONI, 2016) porque considera as especificidades sociohistóricas (d)escritas nos contextos dos textos literários. Dessa maneira, a polissemia do campo da tradução é, assim como na análise de Brugioni, essencial para o contraponto devido à multiplicidade epistemológica desempenhada em diferentes escritas literárias “e, que, no entanto, são caracterizadas por uma relação seminal com narrativas e repertórios orais” (BRUGIONI, 2019, p. 85). A língua (portuguesa), portanto, se apresenta como o trinômio língua-fronteira-tradução, visto que há nela “múltiplas fronteiras e múltiplos processos de tradução” (FALCONI, 2012, p. 207).

Além disso, a tradução cultural nas literaturas africanas também posiciona a oralidade enquanto uma possibilidade de multiplicidades estéticas e políticas. Consoante Mafalda Leite (1998, p. 29), a manifestação da oralidade pode se apresentar, na literatura, tanto na estrutura (super-estrutural) quanto no conteúdo (infra-estrutural). Entretanto, é importante frisar que a ocorrência da oralidade não é alocada numa dinâmica binária entre a escrita e a oralidade, contrariando, fervorosamente, a essencialização dos traços orais em

literaturas africanas. Nesse sentido, são as personagens femininas que vozeificam as suas experiências moçambicanas a partir de suas espacialidades e temporalidades.

Discussão

A domesticidade é entendida a partir da articulação das teorias de Silvia Frederici (2017) e Anne McClintock (2010). Ela é compreendida “tanto como um espaço (um alinhamento geográfico e arquitetônico) quanto como uma relação social de poder” (MCCLINTOCK, 2010, p. 63), que se manifestou como uma ferramenta de dominação colonial e se reestruturou. As concepções que envolvem o que é “doméstico” não podem se restringir ao lar ou a um ambiente específico, visto que esse está permeado por processos de alterações sociais e sujeição política das quais há a centralidade das dimensões de gênero (MCCLINTOCK, 2010, p. 63). Nesse sentido, as teorizações encabeçadas por Frederici são cruciais para compreender o modo pelo qual ocorreram as itinerâncias da domesticidade do continente europeu para as colônias americanas e africanas.

O período colonial evidencia essa encruzilhada de opressões: nele, as mulheres colonizadas viviam uma dupla colonização (BONICCI, 2007, p. 150) a partir da qual os colonizadores as colocavam em um lugar de subalternidade, dominando não só suas terras e os que nela estavam, como também os corpos dessas mulheres. Nessa perspectiva, em *Calibã e a Bruxa* (FREDERICI, 2017), há a recolocação das mulheres na história do desenvolvimento capitalista, a partir da perspectiva do corpo e da acumulação capitalista. Tendo em conta que cada fase capitalista é permeada pelo retorno aos aspectos violentos de outros momentos, são cruciais as ponderações vislumbradas pela teórica acerca da reconstrução da história feminina no contexto chamado de transição para o capitalismo, ou seja, países europeus durante os séculos XVI e XVII.

Consoante Frederici, a acumulação primitiva, protagonizada pela classe dominante europeia, degradou as terras comunais. A partir disso, a realidade da classe trabalhadora foi permeada por escassez severas (como de terras, de alimentos, de sociabilidades, etc) e, em consequência, foi possível aumentar o número de pessoas postas à disposição da

exploração trabalhista. Em resposta ao declínio populacional desse momento, o controle sobre as mulheres acerca da procriação cresceu. O Estado arquitetou meios para controlar a reprodução feminina. Tais como a criminalização de métodos contraceptivos; culpabilização das mulheres grávidas que sofreram abortos, mesmo quando espontâneos; homens que vigiavam as mulheres para se certificarem que não houve morte dos fetos, etc (FREDERICI, 2017, p. 183). A relação entre a precarização da classe trabalhadora e o controle do corpo das mulheres foi imprescindível para a consolidação da divisão sexual do trabalho. No contexto, houve a emergência da concepção de que mulheres deveriam realizar o (considerado não) trabalho doméstico, enquanto os homens tinham acesso aos seus próprios salários e também aos corpos femininos, filhos e salários das suas esposas (FREDERICI, 2017, p. 191).

Os europeus aspiravam a expansão da acumulação primitiva, transpondo as barreiras do continente no qual eles estavam. Com essas pretensões, aconteceram a usurpação das terras na América e África; junto da completa desumanização e da transformação dos corpos que estavam nessas localidades em máquinas de trabalho. Nesse processo, foi demandada também a sujeição das mulheres a um trabalho específico e desvalorizado. As mulheres colonizadas foram muito sobrecarregadas, pois além dos ofícios escravagistas e, após a abolição, o trabalho externo, havia os afazeres domésticos e a criação de crianças, podendo ser seus filhos e/ou filhos das mulheres brancas. Apesar disso, não existia reconhecimento das atividades protagonizadas por essas mulheres em razão da impossibilidade branca e heteropatriarcal em admitir o valor vital e econômico do trabalho que elas realizavam (MCCLINTOCK, 2010, p. 61). O que se pretende com esse deslocamento teórico não é demonstrar que a realidade de todas as mulheres se iguala, mesmo em outras geografias e temporalidades, ao momento analisado por Frederici, mas sim averiguar como o aparecimento da divisão sexual do trabalho é deslocado aos locais colonizados e metamorfoseado.

Além dos fatores econômicos, como os tematizados a partir de Frederici, existem as motivações culturais que, sustentadas por formações

ideológicas, criam um bojo hierarquizante entre o “Outro” colonizado e o “Eu” colonizador. Assim, a domesticidade, enquanto uma relação de poder, estrutura-se em oposições binárias, as quais buscam reduzir, fixar e naturalizar as características do “Outro” (MUDIMBE, 2013). Durante o período colonial, a domesticidade impacta, de modo diferente, homens e mulheres. Entretanto, no pós-independência as mulheres são mais abaladas, uma vez que as concepções misóginas trazidas pelos colonizadores permanecem, por vezes, com os homens ex-colonizados. Nessa linha, há, por exemplo, a representação da oposição “homens” e “mulheres”, que dicotomizam as diferenças físicas entre mulheres frágeis e homens fortes. Ao mesmo tempo em que relacionam os espaços públicos aos homens, e os privados às mulheres. Isso, dentre outras justificativas reducionistas, por conta dos cuidados coletivos, como dos filhos e das pessoas mais velhas, serem associados à natureza das mulheres. Ao passo que os homens são culturalmente ensinados, nessas binarizações, a pensar nos cuidados individuais. Coloca-se, desse modo, mais uma polarização fundamental para tais representações: a cultura e a natureza. Essas representações binárias não são isoladas, uma vez que são sempre recolocadas. Em consequência, existe um regime doméstico de representação. Em sua obra, Stuart Hall se volta ao regime racializado da representação, contudo o teórico afirma que o que foi teorizado sobre “‘raça’ pode, em muitos casos, ser aplicado a outras dimensões da ‘diferença’” (HALL, 2016, p. 223). Logo, essas representações têm implicações violentas na vida das mulheres, tanto na colonização, quanto na pós-independência, que devem ser consideradas. Nesse sentido, a domesticidade é ancorada em pretensões econômicas e num regime de representações. Nota-se, então, que manejar essas teorias permitiu reafirmar a reestruturação da domesticidade e, a partir da ficionalização nos romances, serão analisadas mais detalhadamente as manifestações da domesticidade e as agências das personagens nos momentos (d)escritos nas obras.

A domesticidade e a representação nas literaturas

A representação da domesticidade em *Neighbours* (2012) e em *Niketche: uma história de*

poligamia (2021) será abordada considerando os aspectos históricos e as realidades envoltas nos casamentos em cada obra.

Em *Neighbours*, o contexto retratado apresenta espaço e tempo determinados: Maputo, em maio de 1985. Além disso, a conjuntura histórica alude ao conflito armado que eclodiu na década de 80, em Moçambique. Consoante Ubiritã Souza (2014), a FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique) e a (REMANO) Resistência Nacional de Moçambique estão fortemente associadas a esse acontecimento, pois é devido ao embate entre esses exércitos que a guerra civil aconteceu (1976-1992). Um dos elementos da guerra, foi o impacto o (in)gerência do regime do *Apartheid* sul-africano em civis moçambicanos. No romance, uma das vítimas do atentado, descrito ao fim do romance, é Narguiss. Contudo, a morte da personagem não está vinculada somente às barbaridades imperialistas, mas também à domesticidade. É evidente que Momplé vozefica o passado de cada personagem no contexto retratado, frisando a “vida social, concreta e cotidiana das pessoas” (SOUZA, 2014, p. 101) e não somente as discussões políticas dos principais sujeitos e instituições envolvidos.

Para compreender a relação da morte da personagem Narguiss com a domesticidade, é necessário expor algumas ponderações acerca da dinâmica por detrás do casamento, construída no ocidente. O casamento, enquanto um contrato conjugal, apresenta a soberania doméstica do marido em relação à mulher, pautada no âmbito da suposta natureza frágil feminina (MCCLINTOCK, 2010, p. 265). Nessa perspectiva, “o casamento é um contrato de trabalho não remunerado” (MCCLINTOCK, 2021, p. 264), que enquanto invisibiliza o ofício relacionado ao lar, o vincula às mulheres. Com essas associações, “o trabalho doméstico é uma semiótica da manutenção de fronteiras” (MCCLINTOCK, 2010, p. 55), entre o público, supostamente masculino, e o privado, feminino.

Em *Neighbours*, Narguiss vivencia uma relação matrimonial antiga e infeliz. É no interior dessa relação desgastada, que a imposição de seu marido, Abdul, a fez estar no local de sua morte, uma vez que Narguiss é basicamente obrigada a sair da sua própria

casa. Diante disso, há duas explicações para a mudança de residência da personagem, sendo a primeira o subterfúgio para a segunda. O pretexto é que Muntaz, sua filha, iria estudar medicina em Maputo e Narguiss deveria acompanhá-la; já a real razão é que Abdul se envolve numa relação extraconjugal com a “jovem Zena” (MOMPLÉ, 2012, p. 14) e ele a leva para a casa onde antes vivia com sua esposa e suas três filhas. Percebe-se que a domesticidade se manifesta de uma maneira singular, uma vez que a personagem não tem apenas sua movimentação física (e social) limitada, mas também é expulsa de sua casa.

Já *Niketche: uma história de poligamia* descreve um contexto menos demarcado do que *Neighbours*. Contudo, logo no início, os leitores têm indícios de que o período histórico retratado é pós-conflito armado ou, também chamado, guerra civil moçambicana. Além disso, no decorrer da obra, as espacialidades representadas transitam, a partir das personagens, entre o sul e o norte do país. É nessas geografias e temporalidades, que a personagem Rami, protagonista e narradora, vive a angústia de um casamento também antigo e infeliz.

O casamento, inicialmente monogâmico, representou o empenho da narradora-personagem Rami de mais de vinte anos e, por isso, surgiram nela muitas inquietações. A domesticidade, portanto, se manifesta na dependência, sobrecarga e solidão de Rami em relação ao seu marido, apelidado de Tony. Contudo, após a descoberta de que Tony mantinha relações extraconjugais com quatro mulheres, mesmo Rami sendo uma esposa que se julgava obediente, cuidadosa e que suportou muitos anos de dificuldades na relação (cf. CHIZIANE, 2021, p. 13), um posicionamento drástico é manifestado pela protagonista: o reconhecimento de um casamento poligâmico.

Agências femininas

As personagens Muntaz e Rami, de *Neighbours* e *Niketche: uma história de poligamia*, respectivamente, apresentam ações que rasuram as dicotomias da domesticidade. Dessa maneira, demonstram a não passividade, contrariando as epistemologias dominantes no que diz respeito às representações de mulheres em locais não-ocidentais na busca por direitos sociais e políticos (BHABHA, 2019). Nos atentamos ao alerta de Bakare-Yusul, pois

“uma ênfase no esmagamento da dominação patriarcal pode também nos levar a ignorar o poder das mulheres dentro de papéis e sistemas de organizações sociais particularmente ativos” (2018, p. 4). Ademais, como McClintock, “estou, antes, interessada na questão mais difícil- que tipo de atuação é possível em situações de desigualdade social extrema” (2010, p. 211). Nesse momento, busca-se “explorar a tensão estratégica entre as limitações sociais e a atuação social.” (2010, p. 211). Assim, expor alguns dos agenciamentos femininos protagonizados pelas duas personagens citadas possibilitará não ontologizar o poder do homem no patriarcado, mostrando que esse poder masculino e colonial é instável e alterável.

A negociação de poder, dentro de circunstâncias de limitações, realizada por Muntaz se faz presente, dentre outros fatores, nas reflexões levantadas pela personagem durante todo o romance. A personagem demonstra um apoio emocional essencial em diversos momentos de adversidade enfrentados pela sua mãe. Esse apoio é com frequência permeado de reflexões, ora vocalizadas e destinadas a todas as personagens que participam do episódio em questão, ora apenas nos pensamentos de Muntaz. Todavia, é perceptível a desaprovação de muitas questões colocadas por Muntaz, seja pelas suas irmãs, pelas primas ou pela própria mãe. Contudo, a trajetória de mudanças de hábitos violentos também deve acontecer dessa maneira: a partir da reflexão, visto que o comportamento inicial, negacionista, pode desembocar em percepções que descontinuam práticas sociais permeadas por brutalidades naturalizadas.

Ademais, outro fator que manifesta a agência de Muntaz é a recusa de destinar o seu sucesso à busca pelo casamento. Nessa ótica, ela resiste às imposições dos familiares e, de modo resolutivo, empenha-se na sua formação, o que lhe fornecerá independência econômica. O seguinte trecho demonstra as prioridades de Muntaz: “desde o início que conhece o valor do trabalho árduo para que o velho sonho de ser médica se torne realidade e, por isso, evita tudo o que a possa desviar do estudo, principalmente os compromissos amorosos.” (MOMPLÉ, 2012, p.16).

Rami, da obra *Niketche: uma história de poligamia*, também desestabiliza o poder colonial e patriarcal envolto nas práticas da domesticidade. Nesse

sentido, a partir da criação de uma articulação feminina, presente na relação poligâmica, a protagonista incute reflexões nela e nas demais esposas. As reflexões culminam em ações, tais como a busca por independência emocional e financeira e até mesmo em separações. Por fim, destaca-se que as conceitualizações e teorizações concernentes a esta pesquisa ainda estão sendo desenvolvidas e aprofundadas.

Conclusão

O presente artigo teve como objetivo apresentar o objeto de estudo e as linhas críticas que pautam o projeto de Iniciação Científica cujas pesquisas se mobilizam entre diferentes campos do conhecimento a fim situar e problematizar o conceito de domesticidade, sua reestruturação literária e suas potencialidades críticas no que concerne à agência em contextos sócio-históricos diversos. A partir do pressuposto de que a domesticidade se fundamenta e simultaneamente equaciona relações de poder, uma análise do regime doméstico a partir da sua representação literária apresenta grandes potencialidades interpretativas e analíticas em vista de uma reflexão sobre a mulher e, mais em geral, o sujeito feminino no romance africano contemporâneo.

Busca-se, ainda, analisar questões mais pontuais, como quais são as implicações das diferentes religiosidades nas relações matrimoniais. Tais como, por exemplo, a família de Narguiss ser muçulmana e, a de Rami ser, inicialmente, cristã.

Bibliografia

BAKARE-YUSUF, Bibi. Além do determinismo: A fenomenologia da existência feminina Africana. Tradução para uso didático de BAKARE-YUSUF, Bibi. **Beyond Determinism: The Phenomenology of African Female Existence**. Feminist Africa, Issue 2, 2003, por Aline Matos da Rocha e Emival Ramos.

BHABHA, Homi K. **O pós-colonial e o pós-moderno: a questão da agência**. O local da cultura, Belo Horizonte: Editora UFMG, p. 275-313, 2019.

BRUGIONI, Elena. **Literaturas Africanas: escrita, oralidade e voz**. Literaturas Africanas Comparadas: Paradigmas Críticos e Representação do Contraponto, p. 69-86. 2019.

BRUGIONI, Elena. Para mais vozes. Escrita e oralidade nas literaturas africanas de língua portuguesa: pluralidades estéticas, desafios críticos. **Revista Mulemba / Revista do Setor de Letras Africanas de Língua Portuguesa - Departamento de**

Letras Vernáculas. Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro. V 14, n 2, p.24-34, 2016

FALCONI, Jessica. Literaturas Africanas, língua portuguesa e pós-colonialismos. **Itinerâncias. Percursos e Representações da Pós-colonialidade | Journeys. Postcolonial Trajectories and Representations**. Famalição: Edições Húmus-CEHUM, p. 203-218, 2012.

CHIZIANE, Paulina. **Niketche: uma história de poligamia**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2021.

LEITE, Ana Mafalda. Empréstimos da oralidade na produção e crítica literárias africanas. **Oralidade & Escritas na Literatura Africana**. Lisboa: Colibri, 1998.

MCCLINTOCK, Anne. **Couro imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial**. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

MOMPLÉ, Lília. **Neighbours**. Lisboa: Porto Editora, 2012.

MUDIMBE, Valentin Yves. **Discurso de Poder e o Conhecimento da Alteridade. A invenção de África: Gnose, filosofia e a ordem do conhecimento**. Mangualde (Portugal), Luanda: Edições Pedagogo; Edições Mulemba, p. 15-42, 2013.

PAGOTO, Cristian; BONNICI, Thomas. A dupla colonização da mulher no romance A escrava Isaura (1875), de Bernardo Guimarães. **Línguas & Letras**, v. 8, n. 15, p. 147-164, 2007.

SILA, Abdulai. **A Última tragédia**. São Paulo: Editora Pallas, 2006.